



## 1º Simulado Preparatório Gratuito Concurso do Tribunal de Justiça do Pará

**Cargo: Analista Judiciário (Especialidade: Direito)**

### Informações

- ✓ Tempo de Prova: 5h
- ✓ Banca Organizadora: CESPE
- ✓ Número de Questões: 70 + Redação
- ✓ Modalidade: Múltipla-Escolha

### Conteúdo / N° de Questões

- Língua Portuguesa – 10
- Ética no Serviço Público – 05
- Administração Pública e Poder Judiciário – 08
- Legislação – 07
- Direito Administrativo – 07
- Direito Constitucional – 07
- Direito Civil – 07
- Direito Processual Civil – 07
- Direito Penal – 07
- Direito Processual Penal – 05

### Importante

1. Curta nossas páginas:  
2. Este simulado é gratuito – compartilhe com seus amigos
3. Caso tenha dúvidas ou sugestões, entre em contato conosco.
4. Tenha uma ótima preparação – Estamos torcendo por você!

**Bom Simulado!**

## Língua Portuguesa

### Texto I (Questão 01)

1 Candeia era quase nada. Não tinha mais que  
vinte casas mortas, uma igrejinha velha, um resto de praça.  
Algumas construções nem sequer tinham telhado; outras,  
4 invadidas pelo mato, incompletas, sem paredes. Nem o ar tinha  
esperança de ser vento. Era custoso acreditar que morasse  
alguém naquele cemitério de gigantes.

7 O único sinal de vida vinha de um bar aberto. Duas  
mesas de madeira na frente, um caminhão, um homem  
e uma mulher na boleia ouvindo música, entre abraços,  
10 beijos e carícias ousadas. Mais desolado e triste que Juazeiro  
do Norte aquele povoado, muito mais. Em Juazeiro tinha  
gente, a cidade era viva. E no meio daquele povo todo  
13 sempre se encontrava uma alma boa como a de sua mãe,  
uma moça bonita, um amigo animado. Candeia era morta.

Samuel ao menos ficou um pouco feliz por ouvir  
16 a música do caminhoneiro. Quase sorriu. O esboço de alegria  
durou até aparecer pela porta mal pintada de azul uma  
mulher assombrosa, praguejando com uma vassoura na mão  
19 e mandando desligar aquela música maldita. O caminhoneiro  
a chamou pelo nome:

— Cadê o café, Helenice? Deixa de praguejar,  
22 coisa-ruim!

Pela mesma porta saiu uma moça, bem jovem,  
com uma garrafa térmica vermelha e duas canecas. Foi  
25 e voltou com rapidez, agora trazendo dois pratos, quatro pães  
pequenos, duas bananas cozidas e um pote de margarina.

— Cinco reais — ordenou Helenice, com a mão  
28 na garrafa térmica. — Só come se pagar.

O homem pagou, sempre rindo da cara de Helenice,  
visivelmente bêbado.

31 Samuel invejou o caminhoneiro. Não tinha tanto  
dinheiro para comer naquele fim de tarde, fim de vida.

(Socorro Acioli)

**01. Infere-se do texto I que o narrador caracteriza Candeia como “quase nada” (l.1) e “morta” (l.14) devido à**

- A desesperança reinante no povoado.
- B impressão de abandono exibida pelo povoado.
- C inexistência de espaços de diversão no povoado.
- D desigualdade explícita em todos os cantos do povoado.
- E presença de pessoas mesquinhas e desgraçadas pelo povoado.

**02. Assinale a opção em que foram atendidas as regras de emprego ou de omissão do sinal indicativo de crase.**

A A escolha de ser professor é comparável a ação de colocar a cabeça dentro da boca de um leão.

B Com relação a constante necessidade de atualização, o professor manifestou seu desagrado ao diretor da escola.

C Perguntaram àquela professora se ela iria mesmo colocar a cabeça dentro da boca de um leão.

D Devido a rachadura abaixo de uma das janelas, à frente da escola havia sido totalmente restaurada.

E Naquela escola, o professor experimentou a incrível sensação de transmitir conhecimento útil à pessoas em formação.

### Texto II (Questão 03)

4 Em 2022, 100% das crianças deverão apresentar as  
habilidades básicas de leitura e escrita até o final da 2.ª série,  
ou 3.º ano, do Ensino Fundamental, conforme a meta 2 do  
4 movimento Todos pela Educação. Garantir o direito de  
alfabetização na idade correta a todas as crianças é um grande  
passo para o sucesso escolar. No Brasil, ainda não há um  
7 indicador nacional que permita medir o aprendizado em língua  
portuguesa e em matemática ao final do ciclo de alfabetização.  
Em 2011, o movimento Todos pela Educação, em parceria  
10 com instituições nacionais, promoveu a Prova ABC, cujo  
resultado mostrou que apenas 53,3% das crianças apresentaram  
aprendizado adequado no que se refere à escrita, 56,1% no que  
13 se refere à leitura e 42,8% no que se refere à matemática.

(Portal: TodosPelaEducação)

**03. Em relação ao texto acima, assinale a opção correta.**

A Na linha 10, a forma verbal “promoveu” está no singular porque concorda com o termo “a Prova ABC”.

B Haveria prejuízo para a correção gramatical do período caso se substituísse “conforme” (l.3) por de acordo com.

C A substituição de “cujo” (l.10) por que o prejudicaria a correção gramatical do período.

D A substituição da forma verbal “há” (l.6) por havia mantém a correção gramatical do texto e garante a coerência entre os dois últimos períodos do texto

E A vírgula após “Brasil” (l.6) é empregada para isolar aposto explicativo.

**04. Assinale a alternativa que atende à norma-padrão quanto à regência.**

A Pesquisadoras do mundo afora se dedicam com afinco em buscar respostas a complexas questões feministas.

B As conquistas que aspiravam as antigas feministas teriam tido resultados compatíveis aos interesses das mulheres?

C Que mudanças foram trazidas no universo feminino para se pensarem as relações injustas de gênero?

D O avanço de conhecimento a que Susan Watkins se refere diz respeito à expansão dos sistemas universitários.

E Com as conquistas feministas, pode-se, hoje, conciliar a igualdade de gênero na igualdade social?

**05. A correção ortográfica é um elemento que contribui para compreensão do sentido do texto. O Novo Acordo Ortográfico normatiza o uso do hífen em algumas palavras, como é o caso de “minicursos”, que deve ser escrita sem hífen, assim como**

A couveflor.

B antirreligioso.

C bemvindo.

D panamericano.

E microondas.

**06. Assinale a opção em que a palavra grifada está sendo usada de forma inadequada:**

A É muito forte o movimento das entidades pelo fim da descriminalização racial

B A população brasileira apresenta heterogeneidade em sua composição racial

C O professor deve exercer o tempo todo a criticidade, buscando a causa das coisas

D É fundamental no processo educativo a interação entre direção, corpo docente e discente

E Uma análise superficial normalmente leva à simplificação dos fatos

**Texto III (Questão 07)**

Os prefeitos de Timbó, Jorge Krüger, e de Indaial, André Moser, estão entre os gestores públicos catarinenses vencedores da etapa estadual do 10º Prêmio Sebrae Prefeito Empreendedor. [...] A premiação tem como objetivo reconhecer iniciativas locais que incentivem a formalização, o desenvolvimento e a competitividade dos pequenos negócios, contribuindo de forma efetiva para o crescimento econômico, ambiental e social dos municípios. Nesta edição, o Sebrae recebeu a inscrição de 48 projetos, de 34 municípios, nas oito categorias. Os vencedores de cada uma delas irão concorrer na etapa nacional do prêmio, que será realizada no dia 5

de junho, em Brasília (DF). Os projetos finalistas receberam o “Selo Prefeito Empreendedor”. [...]

(Portal: OCPNews)

**07. Assinale a alternativa que contém corretamente o tempo e o modo do verbo “incentivem”, retirado da notícia:**

A presente do indicativo

B pretérito perfeito do indicativo

C futuro do presente do indicativo

D pretérito imperfeito do subjuntivo

E presente do subjuntivo

**08. Encontra-se de acordo com as regras de uso de pontuação a frase:**

A A perplexidade causada, pelo que viu em seu celular, fez o homem questionar a sua veracidade.

B Selecionar informação com base em ódio; é um critério para determinar o que passa a ser verdade.

C Um senhor pergunta a outro diante de uma informação disparatada, se ela seria verdade?

D A verdade da informação pode ser considerada relativa; segundo as motivações, daquele que a passa adiante.

E Alguns esperam que de uma inverdade dita como verdade possa derivar algo ruim; outros, algo bom.

**09. Em: “Nem Pedro estuda nem Maria trabalha” temos um exemplo de oração:**

A Oração Coordenada Sindética Adversativa.

B Oração Coordenada Sindética Conclusiva.

C Oração Coordenada Sindética Aditiva.

D Oração Coordenada Assindética.

E Oração Coordenada Sindética Alternativa.

**10. Quanto à colocação pronominal, de acordo com a norma-padrão, a frase correta é:**

A Tem observado-se uma relação entre a depressão e o uso excessivo das redes sociais.

B A internet nunca mostrou-se um problema para quem sabe organizar bem o seu tempo.

C As pessoas que viciam-se nas redes sociais devem consultar um profissional da saúde.

D Encontros presenciais são adiados enquanto dedicamo-nos à interação via internet.

E Com atrativos infundáveis, a internet encanta-nos e toma grande parte do nosso tempo.

## Ética no Serviço Público

11. A charge a seguir expõe uma potencial contradição ética entre o tema do protesto e a atitude do cidadão ao adquirir um produto pirata, falsificado.



No caso de esse cidadão, numa situação hipotética, ser um servidor público, e considerando-se a temática da ética nesse contexto, qual é o risco de infração em que esse funcionário público pode incorrer?

- A Sua ação contra a corrupção tende a ser contra o serviço público.
- B Ele usa de má fé ao utilizar-se da sua posição pública para benefício próprio.
- C Sua atitude pode relacionar o seu nome e cargo público ao empreendimento de cunho duvidoso.
- D Ele induz o vendedor ao erro ao indicar o interesse por um produto sem qualidade e de procedência duvidosa.
- E Ele incentivou a não arrecadação e a atividade informal do trabalhador num mercado precarizado.

12. São características da Ética e da Moral.

- I. A Ética, em sua dimensão teórica, não é uma prescrição de princípios definidos abstratamente. Seu conteúdo é a prática ético-moral dos homens.
- II. A Ética é a referência valorativa que estabelece os parâmetros das relações dos indivíduos com a sociedade.
- III. A reflexão ética é construída, historicamente, no âmbito da Filosofia, tendo por objeto a moral.
- IV. A moral tem sua gênese na capacidade ética de criar valores que servem de referência à conduta dos indivíduos em sua convivência social.
- V. Todo ato moral supõe uma relação moral com o outro, com os grupos ou com a comunidade.

Marque a opção que apresenta as afirmativas CORRETAS.

- A I – II – III.
- B II – III – IV.
- C I – II – III – V.
- D I – III – IV.
- E I – II – III – IV – V.

13. Em relação ao princípio da moralidade administrativa, assinale a opção correta.

- A A moralidade administrativa, por traduzir conceito jurídico indeterminado, não se submete, em sua aceção pura, ao controle judicial.
- B Na realização de ato administrativo, o agente público não precisa observar o princípio da moralidade administrativa para condutas entre órgãos da administração direta e da indireta.
- C Na prática de atos administrativos vinculados, o administrador não está obrigado a observar a moralidade administrativa, mas apenas os limites previstos em lei.
- D A moralidade administrativa surgiu inicialmente como explicação para o controle jurisdicional do desvio de poder.
- E A veiculação de propaganda de obra pública que promova o administrador público, se autorizada por lei, não implica violação da moralidade administrativa.

14. Um administrador do setor de controle interno de uma sociedade empresarial recebe treinamento especial sobre a aplicação da Lei nº12.846 de 01/08/2013, sendo assentado que, no caso das sociedades controladoras, na hipótese de prática dos atos previstos na referida lei, haverá, com as controladas, uma relação de

- A solidariedade
- B unidade
- C uniformidade
- D conjunção
- E autonomia

15. “Adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública, bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público”. A citada conduta representa, de acordo com a Lei nº 8.429/92, ato de improbidade administrativa que:

- A causa prejuízo ao erário.
- B importa enriquecimento ilícito.

- C atenta contra os princípios da administração.
- D decorre de concessão ou aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário.
- E equivale a crime federal.

### **Administração Pública e Poder Judiciário**

#### **16. Para proporcionar continuamente a motivação no trabalho, a Teoria dos dois Fatores de Herzberg propõe o**

- A Enriquecimento de tarefas.
- B Coaching.
- C Trabalho em equipes multidisciplinares.
- D Programa de mentoria.
- E Rodízio de papéis.

#### **17. De todos os componentes da Inteligência Emocional, necessária a um líder, é a mais facilmente reconhecível:**

- A carisma.
- B empatia.
- C narcisismo.
- D maturidade.
- E objetividade.

#### **18. A maneira como as pessoas se relacionam – entre si, no e com o ambiente de trabalho, tanto físico quanto psicológico – constituindo um elemento conjuntural, e não estrutural, porque é mutável, denomina-se**

- A estrutura organizacional.
- B cultura organizacional.
- C desenho organizacional.
- D clima organizacional.
- E desenvolvimento organizacional.

#### **19. Sobre os aspectos conceituais referentes ao accountability, é correto afirmar que**

- A trata-se de uma prática conduzida pela sociedade, por meio da qual tem-se como objetivo, primeiro, dar visibilidade às ações dos governantes, principalmente no que se refere à prestação de contas.
- B é um processo que se limita à necessidade de justificação e de legitimação da discricionariedade daqueles que exercem o Poder Público em nome dos cidadãos.
- C ocorre por meio da responsabilização permanente dos gestores públicos em termos da avaliação da conformidade/ legalidade, bem como da economia, da eficiência, da eficácia e da efetividade dos atos

praticados em decorrência do uso do poder que lhes é outorgado pela sociedade. Nessa modalidade de controle social, instauram-se práticas que potencializam diálogos entre o poder público e o cidadão.

D o accountability vertical compreende atividades de fiscalização exercidas por instituições de fiscalização, pelo Tribunal de Contas da União ou pelo poder legislativo – ao qual cabe o poder formal de executar a fiscalização e as punições sobre as atitudes executadas pelo poder executivo.

E o accountability horizontal acontece em períodos eleitorais, momento em que existem práticas de prestação de contas e disposição por parte da população para o questionamento.

#### **20. O ciclo PDCA, um dos mais conhecidos métodos gerenciais para melhoria contínua, envolve quatro fases em um modelo cíclico que tem por objetivo a manutenção e a melhoria de processos. Faz parte da terceira fase do ciclo:**

- A Fornecer educação e treinamento aos envolvidos.
- B Estabelecer objetivos e metas.
- C Identificar causas para prevenção de efeitos indesejados.
- D Aplicar ferramentas de controle e acompanhamento.
- E Padronizar os processos.

#### **21. No processo de estabelecimento de metas para a mensuração do desempenho nas organizações é fundamental que as metas apresentem algumas características que garantam sua efetividade. NÃO garante a efetividade de uma meta ser:**

- A específica, clara e mensurável
- B realista, em termos de prazo de execução
- C atrelada a recompensas materiais e imateriais
- D desafiadora, mas realista em termos de volume
- E estabelecida para cada detalhe do desempenho

#### **22. De acordo com a Portaria nº 2005/2019 do Tribunal de Justiça do Pará, qual o significado da sigla “IE-Jud”?**

- A Iniciação Eficiente do Judiciário;
- B Índice de Eficiência Judiciária;
- C Índice Energético Judicial;
- D Intenção da Eficiência Jurídica;
- E Intenção Metodológica.

#### **23. Relacione os componentes do planejamento estratégico com suas respectivas características.**

**1 – Negócio**

**2 – Visão**

**3 – Missão**

**4 – Valores**

- ( ) Princípios de orientação perenes e essenciais;  
( ) Imagem projetada para longo prazo apoiada por todos os colaboradores;  
( ) Foca o entendimento das necessidades dos clientes e dos benefícios que eles buscam para atender suas necessidades e desejos;  
( ) O propósito da existência da organização.

**Assinale a alternativa que apresenta sequência correta, de cima para baixo.**

- A 4, 3, 2 e 1  
B 3, 2, 1 e 4  
C 2, 3, 1 e 4  
D 4, 3, 1 e 2  
E 4, 2, 1 e 3

**Legislação**

**24. Fulano da Silva foi aprovado em concurso público e entrou em exercício no serviço público estadual, em cargo efetivo, em 31 de julho de 2013. Levando em consideração a Lei nº 5.810/1994, é correto afirmar que Fulano**

- A estará apto a adquirir estabilidade no serviço público em agosto de 2016.  
B não poderá ser demitido do serviço público a partir de agosto de 2013.  
C será um servidor estável em agosto de 2018 e, assim, somente poderá perder o cargo por decisão judicial.  
D adquirirá estabilidade no serviço público somente em agosto de 2015.  
E deixará de ser submetido à avaliação periódica de desempenho a partir de agosto de 2016.

**25. A responsabilidade civil do servidor público, no âmbito do Regime Jurídico Único,**

- A por dano causado a terceiros, determina que ele responda perante a Fazenda Pública, independentemente de culpa.  
B determina que as sanções civis, penais e administrativas não poderão ser cumuladas.  
C decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.

D considera que absolvição judicial, afastando a autoria do servidor, não repercute na esfera administrativa.

E não se estende aos sucessores do servidor público que venha a falecer no curso do processo administrativo ou judicial.

**26. No que diz respeito à seguridade social, o Regime Jurídico Único (Lei n.º 5.810/94) prevê que**

- A ela será fundada totalmente nas contribuições dos servidores.  
B um de seus objetivos é a irredutibilidade do valor dos benefícios.  
C a contribuição previdenciária incidirá somente sobre o vencimento base do servidor.  
D será assegurado ao servidor o direito à saúde, não alcançando seus dependentes.  
E os planos de previdência estaduais não cobrirão o evento reclusão.

**27. Se um pedido de reconsideração feito por servidor público do estado do Pará for indeferido, o servidor poderá interpor recurso, que, se for oportuno, terá efeito**

- A suspensivo e interromperá de imediato a prescrição.  
B devolutivo e interromperá de imediato a prescrição.  
C suspensivo, mas não interromperá a prescrição.  
D devolutivo, interrompendo-se a prescrição somente após o término do prazo para resposta.  
E suspensivo, interrompendo-se a prescrição somente após o término do prazo para resposta.

**28. Cláudio é servidor público do estado do Pará e está cumprindo estágio probatório. Felipe, servidor do mesmo ente, está em exercício de mandato eletivo. Nessa situação, com relação às promoções, neste momento,**

- A Felipe e Cláudio podem ser promovidos por merecimento.  
B Felipe e Cláudio podem ser promovidos por antiguidade.  
C Cláudio pode ser promovido por merecimento.  
D Cláudio pode ser promovido por antiguidade.  
E Cláudio não pode ser promovido.

**29. Além do vencimento e de outras vantagens previstas em Lei, o servidor do Poder Judiciário poderá ainda perceber Adicional de Titulação, concedida ao servidor com graduação de nível superior, observada a relação direta com o cargo que ocupa, em percentual calculado sobre o**

**vencimento-base do referido cargo, nos seguintes percentuais:**

- I. especialização – 15%
- II. mestrado – 25%
- III. doutorado – 30%

**Quais assertivas estão corretas?**

- A I e III, apenas.
- B III, apenas.
- C II e III, apenas.
- D I, apenas.
- E I, II e III.

**30. Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Pará – Art. 9º A eleição do Presidente, do Vice-Presidente, dos Corregedores de Justiça e do Conselho de Magistratura, realizar-se-á em sessão do Tribunal Pleno, em até \_\_\_\_ dias, no mínimo, antes do término do mandato. Marque a alternativa que completa corretamente a lacuna anterior:**

- A 15
- B 30
- C 60
- D 90
- E 120

### Direito Administrativo

**31. O princípio segundo o qual o Estado define o desempenho da função administrativa segundo uma ordem ética acordada com os valores sociais prevaletentes e voltada à realização de seus fins é denominado de**

- A moral.
- B moralidade administrativa.
- C legalidade.
- D improbidade.
- E ética pública.

**32. A responsabilidade por ato comissivo do Estado está sujeita à teoria**

- A subjetiva, o que significa ser imprescindível a demonstração de dolo ou culpa e ser possível reconhecer o dever de indenizar em face de comportamentos lícitos ou ilícitos.
- B objetiva, o que significa ser imprescindível a demonstração de dolo ou culpa e ser possível reconhecer o dever de indenizar em face de comportamentos lícitos ou ilícitos.

C subjetiva, o que significa ser prescindível a demonstração de dolo ou culpa e ser possível reconhecer o dever de indenizar apenas em face de comportamentos ilícitos.

D objetiva, o que significa ser prescindível a demonstração de dolo ou culpa e ser possível reconhecer o dever de indenizar em face de comportamentos ilícitos e lícitos.

E objetiva, o que significa ser prescindível a demonstração de dolo ou culpa e ser possível reconhecer o dever de indenizar apenas em face de comportamentos ilícitos.

**33. Tendo em vista o disposto na Lei nº 8.666/1993, a respeito do registro de preços, é correto afirmar que**

A as compras a serem feitas pela Administração Pública, sempre que possível, deverão ser realizadas por meio desse sistema.

B é um sistema simplificado que dispensa a pesquisa de mercado que, normalmente, é realizada para outras formas de compras da Administração.

C é vedada por lei a sua regulamentação por decreto, devendo ser observadas as peculiaridades regionais.

D os preços registrados serão publicados diariamente na imprensa oficial, para orientação da Administração.

E a existência de preços registrados obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir.

**34. Referente ao ato administrativo, é correto afirmar que**

A vícios de forma são insanáveis e o ato deve ser anulado pelo Poder Judiciário.

B a administração não pode anular seus próprios atos sem ordem judicial.

C finalidade é um dos requisitos para a prática do ato administrativo.

D ato vinculado é aquele que o administrador faz um juízo de oportunidade e conveniência.

E ato discricionário é aquele que o legislador pré-definiu como única conduta possível do administrador diante da situação, sem deixar-lhe margem de escolha.

**35. Em relação aos serviços públicos e aos agentes administrativos, assinale a opção correta.**

A A prestação de serviço público não abrange o desempenho de atividades de natureza comercial e industrial.

B No contrato de concessão de serviço público, havendo a encampação, o concessionário não tem direito à indenização por eventuais prejuízos.

C A autorização de serviço público constitui ato administrativo bilateral, vinculado e precário.

D Os empregados públicos são contratados sob regime da legislação trabalhista, aplicável com as alterações oriundas da CF, bem como mediante as derrogações promovidas pelos estados no âmbito das respectivas constituições estaduais.

E Não se exige a realização de concurso público para o exercício de função pública.

**36. Assinale a alternativa correta a respeito dos poderes administrativos.**

A O poder hierárquico consubstancia-se em um poder de estruturação interna da atividade pública, de modo que somente se manifesta dentro de uma mesma pessoa jurídica.

B Em decorrência da existência de controle e fiscalização, pode-se afirmar que há hierarquia entre os diferentes entes federativos ou entre os entes da administração direta e os entes da administração indireta.

C A possibilidade de delegação e avocação de competências retira seu fundamento no poder disciplinar.

D A viabilidade de aplicação de multa, por parte do poder público, ao particular que estaciona em local proibido decorre do poder disciplinar da Administração Pública.

E A discricionariedade no exercício do poder disciplinar confere ao Administrador as prerrogativas entre sancionar ou não o agente infrator, ainda que a sanção esteja expressa em lei, bem como a de definir a extensão e a intensidade da penalidade a ser aplicada.

**37. As Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista são empresas estatais e possuem diversos pontos em comum. Sendo assim, assinale a alternativa incorreta:**

A Possuem personalidade jurídica de direito privado.

B São exploradoras de atividade econômica ou prestadoras de serviços públicos.

C Dependem de autorização legislativa específica para a sua criação e extinção.

D Quando prestadoras de serviços públicos submetem-se às normas gerais para licitação (Lei 8.666/93).

E Responderão objetivamente, as exploradoras de atividade econômica e prestadoras de serviços

públicos, independentemente do elemento subjetivo, a culpa ou o dolo.

**Direito Constitucional**

**38. De acordo com o art. 128, § 5.º, da Constituição Federal de 1988 (CF), “Leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público (...).” Tal norma constitucional é de eficácia**

A plena e aplicabilidade imediata.

B contida e aplicabilidade diferida.

C limitada, declaratória de princípio programático.

D contida e aplicabilidade imediata.

E limitada, declaratória de princípio institutivo.

**39. A Constituição vigente produz uma significativa revolução na natureza jurídica e política do Distrito Federal (DF). A República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos estados, dos municípios e também do DF. Quanto à natureza jurídica e política do DF, assinale a alternativa correta.**

A O DF, por força de lei, ainda não possui autonomia político-administrativa.

B O DF possui uma natureza singular, híbrida, de estado e também de município.

C O DF pode, conforme a lei, ser dividido em municípios.

D O DF pode, segundo a lei, realizar eleições gerais para administradores regionais.

E O texto constitucional oferece ao DF as competências legislativas reservadas aos municípios, sem representação no Congresso Nacional.

**40. Considerando o disposto na Constituição Federal, assinale a alternativa correta a respeito dos Municípios.**

A Os Municípios de mais de 50000 (cinquenta mil) habitantes e de até 80000 (oitenta mil) habitantes devem ter, no máximo, 15 (quinze) Vereadores.

B O total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de 10 (dez) por cento da receita do Município.

C O texto constitucional garante a inviolabilidade dos Vereadores por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Estado.

D É um preceito constitucional que os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários

Municipais devem ser fixados por lei de iniciativa do Prefeito Municipal.

E A criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais, com a função de fiscalização das contas do Município, deve ser feita por meio de lei complementar, desde que prevista na respectiva Lei Orgânica do Município.

**41. Qual dos seguintes órgãos NÃO está vinculado ao Poder Judiciário?**

- A Superior Tribunal Militar – STM.
- B Conselho Nacional de Justiça – CNJ.
- C Tribunal de Contas da União – TCU.
- D Tribunal Superior Eleitoral – TSE.
- E Tribunal Superior do Trabalho – TST

**42. O Poder Judiciário detém, como atribuição(ões):**

A Competências recursais e originárias, estas, por exemplo, para processamento de ações em face de determinadas autoridades.

B Exercer a função judicante, como típica e precípua, não possuindo competências fiscalizatórias ou administrativas, salvo por delegação dos poderes titulares dessas matérias.

C Processar e julgar os dirigentes da Administração pública direta e indireta, em ações originárias.

D A revisão de decisões administrativas proferidas pelos Tribunais de Contas, como instancia recursal ex officio.

E A análise das garantias e remédios previstos constitucionalmente, independentemente da autoridade coatora, em razão da relevância dos bens tutelados.

**43. A Constituição Federal garante a todos o direito de propriedade. Porém, exige a condição de que a propriedade:**

- A tenha valor mínimo de R\$1.000,00 (mil reais).
- B não possa ser vendida, mas apenas doada.
- C não seja alugada para turistas.
- D não seja deixada como herança aos filhos, mas apenas aos netos da pessoa falecida.
- E atenda a sua função social.

**44. Quanto à fiscalização contábil, financeira e orçamentária da União e das entidades da administração direta e indireta, é correto que**

A o controle externo, a cargo exclusivo do Senado Federal, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União.

B as decisões do Tribunal de Contas da União de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.

C o Tribunal de Contas da União encaminhará à Câmara dos Deputados, semestralmente, o relatório de suas atividades.

D o Tribunal de Contas da União será integrado por quinze Ministros com mais de trinta e menos de setenta anos de idade.

E o auditor do Tribunal de Contas, quando em substituição a Ministro, terá as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos e vantagens dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

## Direito Civil

**45. Acerca da vigência das leis e da vacatio legis, assinale a opção correta.**

A Vacatio legis consiste no intervalo de tempo existente entre o momento da aprovação de lei pelo Poder Legislativo e o início de sua vigência.

B O legislador poderá determinar prazo específico de vacatio legis.

C O legislador poderá determinar a vigência imediata de norma jurídica a partir de sua aprovação pelo Congresso Nacional.

D Na ausência de manifestação do legislador, o prazo de vacatio legis será de 90 dias no território nacional.

E O prazo de vacatio legis da lei brasileira, quando esta for admitida, será de 30 dias nos Estados estrangeiros.

**46. Pode-se corretamente afirmar que o menor de 17 anos de idade divorciado é:**

- A capaz.
- B incapaz.
- C relativamente incapaz.
- D capaz, se foi expressamente requerida no divórcio a não revogação da emancipação.
- E capaz, desde que emancipado pelos pais, por meio de escritura pública.

**47. Considerando a proteção jurídica conferida ao nome civil, direito da personalidade, assinale a opção correta.**

A Em relação às pessoas físicas, o nome é indisponível e transmissível.

B O nome dado às pessoas jurídicas é um direito prescritível, podendo o titular perdê-lo pelo seu não uso.

C A imutabilidade absoluta é a principal característica do nome civil.

D O nome produz efeitos erga omnes e é obrigatório.

E O nome dado às pessoas jurídicas é exclusivo e insuscetível de desapropriação pelo poder público.

**48. Considerando o regime de bens do Código Civil Brasileiro, assinale a alternativa CORRETA.**

A São bens móveis o solo e tudo quanto se lhe incorporar natural e artificialmente

B Perdem o caráter de imóveis os materiais provisoriamente separados de um prédio, para neste se reempregarem

C As energias, somente quando tenham valor econômico, são consideradas bens móveis para os efeitos legais.

D Os bens naturalmente divisíveis podem tornar-se indivisíveis somente por determinação legal.

E São móveis os bens suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, ainda que com alteração da substância ou da destinação econômico-social.

**49. Acerca do instituto da prescrição, julgue os itens a seguir.**

**I. A prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita.**

**II. Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes.**

**III. É de dez anos o prazo prescricional a ser considerado no caso de reparação civil com base em inadimplemento contratual.**

**Assinale a opção correta.**

A Apenas o item I está certo.

B Apenas o item II está certo.

C Apenas os itens I e III estão certos.

D Apenas os itens II e III estão certos.

E Todos os itens estão certos.

**50. “A possibilidade de se considerar suprimida uma obrigação contratual, na hipótese em que o não exercício do direito correspondente, pelo credor, gere no devedor a justa expectativa de que esse não exercício se prorrogará no tempo”. Qual é o instituto a que se refere a citação?**

A Supressio.

B Prescrição.

C Impossibilidade jurídica do pedido.

D Decadência.

E Surrectio.

**51. Assinale a alternativa que corresponde à regra constante da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro que positivou o princípio da vigência sincrônica.**

A Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

B Se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada a correção, o prazo de início da vigência começará a correr da nova publicação.

C A lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.

D Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.

E A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

**Direito Processual Civil**

**52. A respeito de jurisdição e ação, assinale a opção correta.**

A A jurisdição civil é exercida pelos juízes e tribunais nacionais e internacionais.

B Em regra, não é competência da jurisdição nacional ação cuja obrigação deva ser cumprida no Brasil.

C Para postular em juízo, é necessário haver interesse, legitimidade e possibilidade jurídica do pedido.

D É permitida a postulação de direito alheio em nome próprio, desde que autorizada pelo ordenamento jurídico.

E A cooperação jurídica internacional somente é possível sob a vigência de tratado assinado pelo Brasil.

**53. Advogado postulou em juízo sem procuração, sob o fundamento de que a medida seria indispensável para evitar preclusão. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.**

A A validade do ato do advogado está condicionada a comprovação de urgência, independentemente da apresentação posterior do mandato.

B É imprescindível a prestação de caução no ato do protocolo do pedido.

C Por ter postulado em juízo sem procuração, o referido advogado poderá responder por ato atentatório à dignidade da justiça.

D Por esse ato, a parte poderá ser condenada por litigância de má-fé.

E O ato terá validade, desde que a procuração seja regularmente exibida no prazo dilatatório de quinze dias.

**54. O Código de Processo Civil (CPC) estabelece que os atos processuais**

- A corram em segredo de justiça, como regra geral.
- B sejam registrados eletronicamente em padrões fechados, para se assegurar a sua confidencialidade.
- C independam de forma determinada, salvo quando a lei expressamente a exigir.
- D sejam nulos se não obedecerem à forma determinada em lei, ainda que atinjam sua finalidade essencial.
- E sigam prazos legais, sendo vedada a estipulação de calendário por acordo entre o juiz e as partes em processos específicos.

**55. No tocante aos prazos processuais, a legislação vigente estabelece:**

- A Decorrido o prazo, extingue-se o direito de praticar ou de emendar o ato processual, independentemente de declaração judicial, ficando assegurado, porém, à parte provar que não o realizou por justa causa.
- B A parte poderá renunciar ao prazo estabelecido em favor da parte contrária ou exclusivamente em seu favor, de maneira expressa ou tacitamente.
- C O juiz proferirá tanto as sentenças como as decisões interlocutórias no prazo de dez dias.
- D Salvo disposição em contrário, os prazos serão contados incluindo o dia do começo e excluindo o do vencimento.
- E Ao juiz é vedado reduzir ou ampliar prazos, peremptórios ou dilatatórios, sem anuência das partes, por se tratar de aspecto vinculado aos negócios processuais.

**56. No que se refere às provas no direito processual civil, assinale a alternativa correta.**

- A O ônus da prova incumbirá à parte que produziu o documento, quando for contestada a autenticidade deste.
- B Ao juiz caberá, somente a requerimento da parte, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito.
- C Não é permitido ao juiz admitir a utilização de prova produzida em outro processo, atribuindo-lhe o valor que considerar adequado, observado o contraditório.

D A distribuição diversa do ônus da prova também pode ocorrer por convenção das partes, no caso de recair sobre direito indisponível da parte.

E A declaração quanto à falsidade de documento juntado como prova dos fatos jamais alcançará a autoridade da coisa julgada.

**57. Quanto à ação civil pública, assinale a alternativa INCORRETA:**

- A O inquérito civil deve ser arquivado, sem prejuízo de eventuais providências penais, se reparado o dano ambiental e não houver base para a propositura de ação civil pública.
- B A iniciativa do Ministério Público pode ser provocada por qualquer pessoa, que lhe ministrará informações sobre fatos que constituam o objeto da ação civil pública e indicará os elementos de convicção.
- C Em caso de desistência infundada ou abandono da ação por associação legitimada, o Ministério Público ou outro legitimado assumirá a titularidade ativa.
- D Os juízes e tribunais, se, no exercício de suas funções, tiverem conhecimento de fatos que possam ensejar a propositura da ação civil pública, remeterão peças ao Ministério Público para as providências cabíveis.
- E O juiz não pode conferir efeito suspensivo aos recursos para evitar dano irreparável à parte, providência que somente poderá ser deferida pelo tribunal competente.

**58. Em regra, ao formular a petição inicial, caberá ao autor deduzir pedido determinado. Admite-se, porém, a formulação de pedido genérico, entre outras hipóteses,**

- A quando não for possível determinar, desde logo, as consequências do ato ou do fato.
- B nas ações universais, mesmo se o autor puder individualizar os bens demandados.
- C quando a determinação do objeto, das partes ou do valor da condenação depender de ato de terceiro.
- D quando a parte autora for hipossuficiente em relação ao réu.
- E quando desconhecido o réu, nas ações fundadas em direito real.

**Direito Penal**

**59. Em relação ao concurso de agentes estabelecido no Código Penal, é correto afirmar que**

A todos respondem igualmente para o delito, independente da conduta realizada.

B as circunstâncias de caráter pessoal, como a menor idade, serão comunicadas a todos os integrantes da atividade delitiva.

C se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um sexto a um terço.

D não há distinção entre partícipe e coautor.

E o coautor que primeiro confessar o delito está isento de pena, independente do delito praticado.

**60. Acerca das penas, suas espécies e sua cominação, o Código Penal dispõe que**

A o condenado à pena privativa de liberdade superior a 7 anos deverá, obrigatoriamente, começar a cumpri-la em regime fechado.

B o condenado não reincidente, cuja pena privativa de liberdade seja superior a 6 anos e não exceda a 7, deverá, desde o princípio, cumpri-la em regime semiaberto.

C o condenado não reincidente, cuja pena privativa de liberdade seja superior a 5 anos e não exceda a 7, deverá, desde o início, cumpri-la em regime aberto.

D as penas privativas de liberdade deverão ser executadas em forma regressiva, segundo o mérito do condenado.

E o condenado por crime contra a Administração pública terá a progressão de regime do cumprimento da pena condicionada à reparação do dano que causou, ou à devolução do produto do ilícito praticado, com os acréscimos legais.

**61. De acordo com o Código Penal, é crime de prevaricação:**

A Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.

B Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário.

C Exigir tributo ou contribuição social que o funcionário sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, empregar na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza.

D Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.

E Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.

**62. Quanto aos crimes contra a fé pública,**

A compete à Justiça Estadual comum processar e julgar civil denunciado pelos crimes de falsificação e de uso de documento público falso quando se tratar de Carteira de Habilitação de Amador, ainda que expedida pela Marinha do Brasil.

B há sempre concurso entre os crimes de falsificação de documento público e estelionato, segundo entendimento do sumulado do Superior Tribunal de Justiça.

C configura crime de falsificação de documento particular o ato de falsificar, no todo ou em parte, testamento particular, duplicata e cartão bancário de crédito ou débito.

D atípica a conduta de, em situação de autodefesa, atribuir-se falsa identidade perante autoridade policial.

E inamissível proposta de suspensão condicional do processo no crime de falsidade ideológica de assentamento de registro civil.

**63. A respeito da lei penal no tempo e no espaço, julgue os seguintes itens, tendo como referência o Código Penal e a jurisprudência dos tribunais superiores.**

I. A lei penal mais benéfica retroagirá em benefício do réu, de acordo com o princípio da retroatividade benéfica penal.

II. Em relação ao tempo do crime, o direito penal brasileiro adota a teoria da atividade.

III. Em relação ao lugar do crime, o direito penal brasileiro adota a teoria do resultado.

IV. A lei penal mais benéfica aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, ainda que ocorra superveniência de lei penal mais gravosa ao longo da atividade delitiva.

**Estão certos apenas os itens**

A I e II.

B I e IV.

C II e III.

D I, III e IV.

E II, III e IV.

**64. Nos termos da Lei n.º 4.898/1965 - Processo de Responsabilidade Administrativa Civil e Penal, nos casos de abuso de autoridade - o Ministério Público, ao receber a representação da vítima, tem o prazo de \_\_\_\_\_ para oferecer denúncia, desde que o fato narrado constitua abuso de autoridade, requerendo a citação do réu ao juiz competente; este, por sua vez, recebidos os autos, proferirá despacho dentro do prazo de , recebendo ou rejeitando a denúncia. Assinale a**

**alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas.**

- A três dias ... três dias
- B cinco dias ... cinco dias
- C três dias ... cinco dias
- D vinte e quatro horas ... quarenta e oito horas
- E quarenta e oito horas ... quarenta e oito horas

**65. Segundo a Lei nº 10.028/2000, deixar de divulgar ou de enviar ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas o relatório de gestão fiscal, nos prazos e condições estabelecidos em lei,**

- A ensejará a cassação dos direitos políticos do infrator.
- B constitui ilícito cível, respondendo o servidor pelos danos causados.
- C sujeita o infrator à pena de reclusão.
- D enseja a aplicação das penas cíveis, administrativas, eleitorais e criminais ao responsável.
- E constitui uma infração administrativa.

### Direito Processual Penal

**66. Em relação à aplicação da lei processual penal, é correto afirmar que a lei**

- A nova será aplicada sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.
- B processual penal não admitirá aplicação analógica.
- C processual penal não se sujeitará a tratados, convenções ou regras de direito internacional.
- D nova e mais gravosa ao réu terá aplicação imediata somente para os novos processos que se tiverem iniciado depois de sua promulgação.
- E nova será aplicada aos fatos pretéritos que eram regulados pela lei revogada.

**67. Em relação aos sujeitos processuais, é correto afirmar:**

- A O prazo para o assistente recorrer supletivamente começa a correr imediatamente após o transcurso do prazo do Ministério Público.
- B O assistente será admitido enquanto não for proferida sentença de mérito na ação penal condenatória.
- C Desde que devidamente habilitado, o corréu no mesmo processo poderá intervir como assistente do Ministério Público.

D Após o advento da Constituição da República de 1988, a queixa subsidiária deixou de ser admissível.

E Nos casos a serem submetidos ao tribunal do júri, a assistência deverá ser requerida até 3 (três) dias antes do julgamento para que possa o assistente participar do julgamento em Plenário.

**68. No tocante ao tema citações, assinale a alternativa correta.**

- A Se o réu estiver preso, será requisitada sua apresentação em juízo, no dia e hora designados.
- B As citações que houverem de ser feitas em legações estrangeiras serão efetuadas mediante Exequatur.
- C O funcionário público, na qualidade de acusado, não será notificado para comparecer em juízo; sua apresentação dar-se-á por intermédio do chefe de sua repartição.
- D A citação do militar far-se-á por intermédio do chefe do respectivo serviço.
- E Verificando que o réu se oculta para não ser citado, o oficial de justiça certificará a ocorrência e procederá à citação por edital.

**69. Cabível habeas corpus quando**

- A o processo for manifestamente nulo, mas não para o reconhecimento de extinção da punibilidade do paciente.
- B não houver justa causa para o inquérito policial, mas não quando já extinta a pena privativa de liberdade.
- C relativo a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada, mas não quando já proferida decisão condenatória exclusivamente a pena de multa.
- D imposta pena de exclusão de militar ou de perda de patente ou de função pública.
- E não for admitida a prestação de fiança e quando seu objeto consistir em resolução sobre o ônus das custas.

**70. Nos estritos termos do art. 63 da Lei nº 9.099/95, a competência dos Juizados Especiais Criminais é determinada**

- A pelo lugar em que a ocorrência policial foi registrada.
- B pelo lugar do domicílio do acusado ou da vítima.
- C pelo lugar em que foi praticada a infração penal.
- D pela matéria.
- E pela prevenção.

## Proposta de Redação

### “A INTERNAÇÃO INVOLUNTÁRIA DE DEPENDENTES QUÍMICOS NO BRASIL”

Texto de Apoio – A internação involuntária é acionada pela família. Nesse caso, a pessoa que pedir a intervenção deverá assinar a autorização e ter ligação consanguínea com o dependente — por exemplo, pai, mãe ou filhos. Feito o pedido, o dependente químico será examinado por um médico, que deverá emitir um laudo constando a necessidade ou não da internação. Nesse tipo de internação, o pedido poderá ser feito diretamente com uma clínica particular ou em uma unidade do CAPS – Centro de Atenção Psicossocial. Já no caso da internação compulsória, a ordem de internação é expedida judicialmente, podendo ou não ser solicitada pela família. Nesse caso, também deverá existir laudo médico comprovando a necessidade do tratamento. Só após análise do laudo é que o juiz expedirá a ordem, determinando a internação do indivíduo. O aumento do consumo de drogas pesadas aumentou consideravelmente nos últimos anos e, como falamos, muitas vezes, o dependente está tão imerso nos efeitos das substâncias usadas, que não consegue reconhecer por si próprio a necessidade de buscar ajuda. Nesses casos, a internação involuntária ou a internação compulsória são as melhores saídas para ajudar o indivíduo a se reintegrar à sociedade, antes que cause prejuízos a outras pessoas ou a si mesmo.

A partir da leitura do texto de apoio e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “A intervenção involuntária de dependentes químicos no Brasil”, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

### **OBSERVAÇÕES:**

1. A redação deverá conter no mínimo 100 (cem) palavras, considerando-se palavras todas aquelas pertencentes às classes gramaticais da Língua Portuguesa.
2. Não copie os textos da prova, sob pena de ter a redação zerada.
3. Recomenda-se que a redação seja escrita em letra cursiva legível. Caso seja utilizada letra de forma (caixa alta), as maiúsculas deverão receber o devido realce.
4. Dê um título à redação.
5. Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva – Redação que:
  - a) não desenvolver o tema proposto, ou seja, fugir ao tema proposto;
  - b) não desenvolver o tema na tipologia textual exigida;
  - c) apresentar desestruturação na organização textual ou atentar contra o pudor;
  - d) redigir seu texto a lápis, ou a tinta em cor diferente de azul ou preta;
  - e) entregar a redação em branco, ou desenvolvê-la com letra ilegível, com espaçamento excessivo entre letras, palavras, parágrafos e margens;
  - f) apresentar identificação de qualquer natureza (nome parcial, nome completo, outro nome qualquer, número(s), letra(s), sinais, desenhos ou códigos).

## Folha – Redação

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## Cartão-Resposta

01	A	B	C	D	E	21	A	B	C	D	E	41	A	B	C	D	E	61	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E	22	A	B	C	D	E	42	A	B	C	D	E	62	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E	23	A	B	C	D	E	43	A	B	C	D	E	63	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E	24	A	B	C	D	E	44	A	B	C	D	E	64	A	B	C	D	E
05	A	B	C	D	E	25	A	B	C	D	E	45	A	B	C	D	E	65	A	B	C	D	E
06	A	B	C	D	E	26	A	B	C	D	E	46	A	B	C	D	E	66	A	B	C	D	E
07	A	B	C	D	E	27	A	B	C	D	E	47	A	B	C	D	E	67	A	B	C	D	E
08	A	B	C	D	E	28	A	B	C	D	E	48	A	B	C	D	E	68	A	B	C	D	E
09	A	B	C	D	E	29	A	B	C	D	E	49	A	B	C	D	E	69	A	B	C	D	E
10	A	B	C	D	E	30	A	B	C	D	E	50	A	B	C	D	E	70	A	B	C	D	E
11	A	B	C	D	E	31	A	B	C	D	E	51	A	B	C	D	E	71	<del>A</del>	<del>B</del>	<del>C</del>	<del>D</del>	<del>E</del>
12	A	B	C	D	E	32	A	B	C	D	E	52	A	B	C	D	E	72	<del>A</del>	<del>B</del>	<del>C</del>	<del>D</del>	<del>E</del>
13	A	B	C	D	E	33	A	B	C	D	E	53	A	B	C	D	E	73	<del>A</del>	<del>B</del>	<del>C</del>	<del>D</del>	<del>E</del>
14	A	B	C	D	E	34	A	B	C	D	E	54	A	B	C	D	E	74	<del>A</del>	<del>B</del>	<del>C</del>	<del>D</del>	<del>E</del>
15	A	B	C	D	E	35	A	B	C	D	E	55	A	B	C	D	E	75	<del>A</del>	<del>B</del>	<del>C</del>	<del>D</del>	<del>E</del>
16	A	B	C	D	E	36	A	B	C	D	E	56	A	B	C	D	E	76	<del>A</del>	<del>B</del>	<del>C</del>	<del>D</del>	<del>E</del>
17	A	B	C	D	E	37	A	B	C	D	E	57	A	B	C	D	E	77	<del>A</del>	<del>B</del>	<del>C</del>	<del>D</del>	<del>E</del>
18	A	B	C	D	E	38	A	B	C	D	E	58	A	B	C	D	E	78	<del>A</del>	<del>B</del>	<del>C</del>	<del>D</del>	<del>E</del>
19	A	B	C	D	E	39	A	B	C	D	E	59	A	B	C	D	E	79	<del>A</del>	<del>B</del>	<del>C</del>	<del>D</del>	<del>E</del>
20	A	B	C	D	E	40	A	B	C	D	E	60	A	B	C	D	E	80	<del>A</del>	<del>B</del>	<del>C</del>	<del>D</del>	<del>E</del>

## Gabarito – 1º Simulado Gratuito

01	B	21	E	41	C	61	D
02	C	22	B	42	A	62	E
03	C	23	E	43	E	63	A
04	D	24	A	44	B	64	E
05	B	25	C	45	B	65	E
06	A	26	B	46	A	66	A
07	E	27	A	47	D	67	A
08	E	28	E	48	C	68	D
09	C	29	D	49	C	69	B
10	E	30	C	50	A	70	C
11	C	31	B	51	D	71	
12	E	32	D	52	D	72	
13	D	33	A	53	E	73	
14	A	34	C	54	C	74	
15	B	35	E	55	A	75	
16	A	36	A	56	A	76	
17	B	37	E	57	E	77	
18	D	38	E	58	A	78	
19	C	39	B	59	C	79	
20	D	40	A	60	E	80	

- São 137 Vagas p/ Analista Judiciário!
- Salário: R\$ 8.579,34 (30 Horas Semanais)
- Estamos torcendo por você!



**SIMULADOSBR**